



Município de São José das Missões/RS
Concurso Público 01/2026

CADERNO DE PROVA

PROCURADOR JURÍDICO



INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA



3 horas



40 questões



5 alternativas



Saída permitida somente após 1 hora de prova



O candidato só poderá levar este Caderno após 2 horas de prova

- ⊗ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ⊗ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ⊗ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ⊗ Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ⊗ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À LEGALLE CONCURSOS. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01	06	11	16	21	26	31	36
02	07	12	17	22	27	32	37
03	08	13	18	23	28	33	38
04	09	14	19	24	29	34	39
05	10	15	20	25	30	35	40

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

Ultraprocessados viram símbolo de infância feliz em comunidades urbanas do Brasil, enquanto rotulagem frontal é pouco compreendida, aponta estudo do UNICEF

Novo estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) revela que, em comunidades urbanas brasileiras, alimentos ultraprocessados são frequentemente associados à ideia de “infância feliz” e conquista social, mesmo diante da preocupação declarada das famílias com a saúde das crianças. A pesquisa ainda mostra que a rotulagem nutricional frontal — implementada no Brasil desde 2022 — é pouco compreendida e raramente considerada nas decisões de compra, evidenciando o longo caminho ainda a percorrer para que a medida influencie escolhas saudáveis.

O estudo “Ultraprocessados e Infância: Barreiras e Caminhos para Hábitos Saudáveis em Comunidades Urbanas”, realizado com apoio da Novo Nordisk, investigou os fatores culturais, sociais e estruturais que influenciam a alimentação e a prática de atividade física na primeira infância em três comunidades urbanas de diferentes regiões do país: Pavuna (Rio de Janeiro/RJ), Iburá (Recife/PE) e Guamá (Belém/PA).

Os dados mostram que o consumo de ultraprocessados está amplamente presente no cotidiano de meninas e meninos, com os lanches se destacando como a refeição de maior exposição: 50% das crianças consumiram esses produtos no dia anterior à pesquisa, em comparação a 27% no café da manhã e 13% no almoço e no jantar. O estudo indica que 55% dos entrevistados nunca olham o rótulo, informando alta presença de açúcar, gordura ou calorias. E, muitas vezes, essa escolha é feita com a compreensão de que esses produtos são bons para saúde, o que a pesquisa denomina como “falsos saudáveis”. Entre os exemplos, 52% dos entrevistados consideraram saudável o iogurte com sabor e 49% os nuggets, se preparados na fritadeira elétrica (“air fryer”).

A maioria dos entrevistados (84%) considerou-se muito preocupada em manter uma alimentação saudável para sua família. Mas a pesquisa indica que o padrão de consumo é influenciado também por fatores como a percepção de preço dos alimentos e a sobrecarga materna, se inserindo em um cenário preocupante de saúde pública. A obesidade já é a forma mais prevalente de má nutrição entre crianças e adolescentes no Brasil e tem crescido de forma acelerada. Em 2023, 13,5% das crianças de 0 a 5 anos apresentavam excesso de peso, percentual que chega a 31,2% entre adolescentes, segundo o Ministério da Saúde.

No Brasil, o UNICEF tem defendido políticas públicas e legislações promotoras da alimentação saudável, como leis municipais sobre escolas saudáveis, nas quais são restringidas a venda e publicidade de ultraprocessados e o tema da alimentação saudável é incluído no currículo escolar. O

UNICEF também tem incidido pelo aumento da taxação seletiva de bebidas açucaradas e adoçadas, além de fornecer apoio técnico a estados e municípios – principalmente nas regiões Norte e Nordeste e nos centros urbanos onde atua para conscientização sobre a importância do desenvolvimento infantil, do aleitamento materno, da atividade física, e da alimentação saudável de crianças e adolescentes.

“A prevenção das doenças crônicas graves, como a obesidade, deve começar ainda na infância. Este estudo evidencia que soluções para promover ambientes mais saudáveis precisam considerar os múltiplos fatores que influenciam o bem-estar de crianças e adolescentes. E para que essas iniciativas sejam efetivas e sustentáveis, é fundamental a colaboração entre diferentes atores da sociedade,” afirma Patricia Byington, Head de Sustentabilidade da Novo Nordisk no Brasil.

Desde 2023, a Novo Nordisk e o UNICEF _____ uma parceria global para ampliar e acelerar esforços para _____ criação de ambientes mais saudáveis para crianças por meio da implementação de políticas e inovações que as permitam se alimentar bem, brincar e ser fisicamente ativas. O sobrepeso e a obesidade infantil são uma crise de saúde pública que _____ milhões de meninos e meninas em todo o mundo. A parceria impactará positivamente pelo menos 10 milhões de crianças em quatro países: Brasil, Colômbia, México e Indonésia.

Fonte: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ultraprocessados-viram-simbolo-de-infancia-feliz-em-comunidades-urbanas-do-brasil> (adaptado).

Questão 01. Ao apresentar dados sobre a presença de alimentos ultraprocessados na rotina alimentar de meninas e meninos em comunidades urbanas brasileiras, o texto compara diferentes momentos das refeições para demonstrar em qual deles esses produtos aparecem com maior frequência. Segundo as informações expressamente fornecidas pela pesquisa, a refeição de maior exposição aos ultraprocessados foi:

- (A) o café da manhã, com 27%.
- (B) os lanches, com 50%.
- (C) o almoço, com 13%.
- (D) o jantar, com 13%.
- (E) a ceia, com 31,2%.

Questão 02. Considerando as regras de ortografia e concordância da Língua Portuguesa, assinale a alternativa que preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas do último parágrafo do texto.

- (A) mantêm; a; afetam.
- (B) mantém; à; afetam.
- (C) mantêm; à; afeta.
- (D) mantêm; a; afeta.
- (E) mantêm; a; afeta.

Questão 03. O texto articula dados estatísticos e informações descritivas para mostrar que a preocupação declarada com a alimentação saudável não elimina, por si só, a presença de escolhas alimentares influenciadas por fatores culturais, econômicos e cotidianos. Nesse sentido, assinale a alternativa que está de acordo com uma informação expressamente apresentada no texto.

- (A) O estudo apontou que o consumo de ultraprocessados se mostrou mais frequente no almoço e no jantar do que nos lanches.
- (B) O texto informa que o padrão de consumo também sofre influência da percepção de preço dos alimentos e da sobrecarga materna.
- (C) O UNICEF atribui o avanço da obesidade infantil, de modo principal, à falta de leitura dos rótulos nutricionais frontais.
- (D) A maioria dos entrevistados afirmou não demonstrar preocupação com a qualidade da alimentação oferecida à família.
- (E) A pesquisa concluiu que a rotulagem frontal já orienta, de forma decisiva, as escolhas da maioria das famílias entrevistadas.

Questão 04. A respeito das informações apresentadas no texto, analise as assertivas e julgue V, para as Verdadeiras, e F, para as Falsas:

- () A rotulagem nutricional frontal, implementada no Brasil desde 2022, é descrita como pouco compreendida e raramente considerada nas decisões de compra.
- () O estudo foi realizado em três comunidades urbanas: Pavuna, Ibura e Guamá, localizadas, respectivamente, nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte.
- () Segundo o texto, 55% dos entrevistados sempre observam o rótulo antes da compra de alimentos ultraprocessados.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses?

- (A) V – V – F.
- (B) F – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – F.

Questão 05. No contexto da ocorrência de fonemas e dígrafos vocálicos e consonantais, é INCORRETO afirmar que:

- (A) **longo** apresenta 4 fonemas e 1 dígrafo vocálico.
- (B) **caminho** possui 6 fonemas e 1 dígrafo consonantal.
- (C) **percorrer** possui 8 fonemas e 1 dígrafo consonantal.
- (D) **pesquisa** contém 7 fonemas e 1 dígrafo consonantal.
- (E) **compreendida** tem 9 fonemas e 3 dígrafos vocálicos.

Questão 06. No trecho **alimentos ultraprocessados são frequentemente associados à ideia de “infância feliz” e conquista social**, a organização linguística mobiliza diferentes classes gramaticais para construir a informação central do período. A respeito do emprego dessas classes, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) **feliz** exerce função de substantivo abstrato, pois nomeia um estado ligado à expressão **infância**.
- (B) **frequentemente** exerce função de adjetivo, pois atribui uma qualidade ao processo de associação mencionado no trecho.
- (C) **ultraprocessados** exerce função de adjetivo, pois caracteriza o substantivo **alimentos** no interior de uma locução nominal.
- (D) **social** exerce função de advérbio, pois modifica o sentido do substantivo **conquista** com valor circunstancial.
- (E) **associados** exerce função de substantivo, pois nomeia o resultado da ação verbal expressa na oração.

Questão 07. No segmento **A maioria dos entrevistados (84%) considerou-se muito preocupada em manter uma alimentação saudável para sua família**, a construção apresenta escolhas de flexão e emprego de classes gramaticais que contribuem para a precisão semântica do enunciado. Com base nesse trecho, analise as assertivas:

- I. O vocábulo **muito** atua como pronome indefinido, pois intensifica o conteúdo expresso pelo participio **preocupada**.
- II. A forma **sua** funciona como pronome possessivo, estabelecendo relação com o termo **família**.
- III. A palavra **alimentação** exerce função adjetiva, pois caracteriza o substantivo **família** no período.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II.
- (E) I, II e III.

Questão 08. No estudo da sintaxe, a vírgula pode introduzir termos que não integram a estrutura essencial da oração, mas que retomam, explicam ou especificam um nome já mencionado. Com base nessa relação sintática, no trecho **afirma Patricia Byington, Head de Sustentabilidade da Novo Nordisk no Brasil**, os termos sublinhados após a vírgula exercem a função de:

- (A) Aposto.
- (B) Vocativo.
- (C) Adjunto adnominal.
- (D) Predicativo do sujeito.
- (E) Complemento nominal.

Questão 09. Em análise morfossintática, a palavra **que** pode assumir classificações distintas conforme a relação que estabelece na oração. No período **Este estudo evidencia que soluções para promover ambientes mais saudáveis precisam considerar os múltiplos fatores que influenciam o bem-estar de crianças e adolescentes**, os dois empregos de "que" classificam-se, respectivamente, como:

- (A) Partícula expletiva e pronome relativo.
- (B) Pronome relativo e conjunção integrante.
- (C) Conjunção integrante e pronome relativo.
- (D) Conjunção explicativa e pronome indefinido.
- (E) Pronome interrogativo e conjunção subordinativa.

Questão 10. No trecho **A parceria impactará positivamente pelo menos 10 milhões de crianças em quatro países**, a forma verbal sublinhada está empregada no:

- (A) Presente do subjuntivo.
- (B) Pretérito perfeito do indicativo.
- (C) Futuro do pretérito do indicativo.
- (D) Futuro do presente do indicativo.
- (E) Pretérito imperfeito do subjuntivo.

MATEMÁTICA

Questão 11. Um sistema de gestão de almoxarifado registrou que o valor unitário de um kit de escritório subiu de R\$ 40,00 para R\$ 52,00 em um período de seis meses. O servidor responsável pelo relatório de transparência precisa informar o percentual exato de aumento ocorrido nesse item para justificar a revisão do contrato de fornecimento. Qual foi o percentual de acréscimo no valor do kit registrado pelo sistema nesse intervalo de tempo?

- (A) 130%.
- (B) 23%.
- (C) 30%.
- (D) 25%.
- (E) 125%.

Questão 12. Um servidor monitora o tempo de resposta de cinco chamados técnicos: 12, 15, 18, 22 e 28 minutos. Ele precisa substituir o valor mais alto por um novo chamado que entrou no sistema, de modo que a nova média aritmética simples do grupo passe a ser exatamente 18 minutos. Qual deve ser o tempo de resposta, em minutos, desse novo chamado para que o objetivo estatístico do servidor seja atingido no relatório?

- (A) 20 minutos.
- (B) 18 minutos.
- (C) 21 minutos.
- (D) 25 minutos.
- (E) 23 minutos.

Questão 13. Uma repartição utiliza um sistema de arquivos onde as pastas são numeradas em uma progressão aritmética. A primeira pasta do corredor B tem o número 104 e a vigésima pasta do mesmo corredor tem o número 237. Um servidor precisa localizar uma pasta específica e, para isso, precisa saber qual é o intervalo constante entre os números das pastas consecutivas nesse corredor. Qual é o valor dessa razão de numeração?

- (A) 6,65.
- (B) 6.
- (C) 8.
- (D) 7,5.
- (E) 7.

Questão 14. Um servidor de TI precisa criar códigos de acesso temporários permutando as letras da palavra "NIVELA". ele deseja saber o número total de combinações diferentes que podem ser formadas para garantir que existam códigos suficientes para todos os visitantes de um evento. Quantos códigos distintos, no total, podem ser gerados utilizando apenas as letras dessa palavra?

- (A) 720.
- (B) 360.
- (C) 480.
- (D) 180.
- (E) 225.

Questão 15. Um servidor deve planejar a pintura de um pátio circular que possui 20 metros de diâmetro. O fabricante da tinta informa que cada galão cobre exatamente 31,4 metros quadrados. Considerando π como 3,14, quantos galões de tinta o servidor deve solicitar, no mínimo, para cobrir toda a área do pátio com uma única mão de tinta, sem que falte produto para completar o serviço planejado?

- (A) 20 galões.
- (B) 40 galões.
- (C) 10 galões.
- (D) 5 galões.
- (E) 31 galões.

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

INFORMÁTICA

Questão 16. No Microsoft Word 365, os recursos de formatação visual permitem personalizar a aparência do documento, incluindo a aplicação de cores de fundo e sombreamento em diferentes elementos. Considerando o funcionamento dos comandos **Cor da Página** e **Sombreamento**, analise as assertivas que seguem, julgando-as V, se Verdadeiras, ou F, se Falsas:

- () Os recursos **Cor da Página** e **Sombreamento** encontram-se disponíveis na mesma guia do Word.
- () A **Cor da Página** altera o plano de fundo de todo o documento, afetando, por padrão, todas as páginas.
- () Os recursos **Cor da Página** e **Sombreamento** são mutuamente excludentes, não podendo ser utilizados simultaneamente em um mesmo documento.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – V.

Questão 17. No Microsoft Word 365, o comando **Inserir > Símbolo** permite a inclusão de caracteres especiais no documento, ampliando as possibilidades de edição textual. Considerando o funcionamento desse recurso, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Ao clicar no comando, o Word insere uma área de símbolos e ativa a guia *Ferramentas de Símbolos*, contendo opções específicas para esse tipo de conteúdo.
- (B) A utilização do comando *Símbolo* promove automaticamente a criação de uma nova seção no documento para acomodar caracteres especiais.
- (C) O comando *Símbolo* limita-se à inserção de caracteres numéricos especiais, não abrangendo letras diferenciadas nem sinais gráficos diversos.
- (D) Ao acionar o comando, o Word apresenta uma lista de símbolos e, ao selecionar um deles, realiza sua inserção na posição da barra de texto.
- (E) Após inserir um símbolo, o Word converte automaticamente todo o texto do documento para a mesma fonte do caractere inserido.

Questão 18. O Menu Iniciar do Windows 11 centraliza funcionalidades de acesso a aplicativos, arquivos e configurações, além de permitir certo nível de personalização. A respeito dessas características, analise as assertivas a seguir:

- I. O Menu Iniciar exibe, por padrão, todos os aplicativos instalados na seção principal de itens fixados.
- II. A digitação após abrir o Menu Iniciar inicia automaticamente uma busca, sem necessidade de clicar previamente em um campo de pesquisa.
- III. O usuário pode configurar, a partir das *Configurações*, a exibição de pastas específicas, como Documentos ou Downloads, ao lado do botão de energia no Menu Iniciar.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 19. Uma servidora pública, responsável pela organização de documentos digitais em um computador com Windows 11, precisa localizar em uma pasta relatórios recentes sem abrir cada arquivo individualmente. Para isso, ela decide alterar o modo de exibição no Explorador de Arquivos, buscando uma visualização que apresente, de forma simultânea, o nome dos arquivos e informações adicionais relevantes, como data de modificação, mas sem utilizar a estrutura em colunas típica de uma tabela.

Considerando a situação descrita, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o modo de visualização mais adequado e sua principal característica.

- (A) Modo *Ícones Grandes*, pois prioriza a exibição ampliada dos arquivos, facilitando a leitura de informações detalhadas logo abaixo de cada ícone.
- (B) Modo *Grupos*, pois apresenta os arquivos em linhas com informações adicionais distribuídas em colunas, dispensando qualquer outra forma de visualização.
- (C) Modo *Conteúdo*, pois exibe cada arquivo com nome e informações adicionais de forma expandida, sem recorrer à organização em colunas.
- (D) Modo *Blocos*, pois combina ícones grandes com visualização de metadados em formato tabular semelhante ao modo *Detalhes*.
- (E) Modo *Lista*, pois organiza os arquivos em linhas com descrição expandida e metadados completos visíveis sem necessidade de colunas.

Questão 20. O navegador Google Chrome disponibiliza diversos recursos relacionados à privacidade, à personalização por meio de extensões e à organização de páginas favoritas. Considerando essas funcionalidades, analise as partes que seguem:

(1ª parte): *O modo de navegação anônima impede o armazenamento persistente de cookies após o encerramento da sessão.*

(2ª parte): *Uma vez instalada, uma extensão não pode ser desativada sem ser completamente removida do navegador.*

(3ª parte): *A barra de favoritos pode exibir tanto páginas individuais quanto pastas contendo múltiplos links.*

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª parte está correta.
- (B) Apenas a 3ª parte está correta.
- (C) Apenas a 2ª e a 3ª partes estão corretas.
- (D) Apenas a 1ª e a 3ª partes estão corretas.
- (E) Todas as partes estão corretas.

LEGISLAÇÃO

Questão 21. Analise as alternativas a seguir e assinale a que apresenta uma informação que pode ser considerada INCORRETA, quando se verifica o que é afirmado na Lei Orgânica.

- (A) É vedada a participação de servidores públicos municipais no produto de arrecadação de tributos, multas, inclusive os da dívida ativa a qualquer título.
- (B) A lei fixará os vencimentos dos servidores públicos, sendo vedada a concessão de gratificação adicionais ou quaisquer vantagens pecuniárias por ato administrativo.
- (C) Nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de prisão.
- (D) É assegurado, para aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição previdenciária na atividade privada, mediante certidão expedida pela Previdência Social.
- (E) O Plano de Carreira dos servidores municipais disciplinará a forma de acesso a classe superiores, com adoção de critérios objetivos de avaliação, assegurado o sistema de promoção por antiguidade e merecimento.

Questão 22. Analise as assertivas que seguem, com base na Lei Orgânica:

- I. A publicação dos atos não normativos pela imprensa, poderá ser resumida.
- II. Os atos de efeitos externos só produzirão efeitos após a sua publicação.
- III. A escolha de órgão de imprensa para divulgação das leis e atos do Município pode ser feita por decreto do Prefeito.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas III.

Questão 23. A Lei Orgânica traz que os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com observância de algumas normas. Nesse sentido, quantos dos seguintes itens apresentam casos que devem ser objeto de decretos numerados em ordem cronológica? **I.** Permissão de uso de bens e serviços municipais; **II.** Regulamento de lei; **III.** Abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como os créditos extraordinários; **IV.** Aprovação de regulamento ou regimento.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Apenas 3 deles.
- (E) Todos os 4.

Questão 24. Analise o texto que segue, conforme Lei Orgânica:

Os poderes públicos municipais são obrigados a fornecer a qualquer interessado, em determinado prazo máximo de cem dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente adequado, visto que observa a legislação municipal vigente.
- (B) Plenamente inadequado, visto que em nada observa a legislação municipal vigente.
- (C) Parcialmente adequado, visto que o não fornecimento de certidões de atos não pode causar responsabilidade da autoridade.
- (D) Parcialmente adequado, visto que o prazo citado é maior do que o verdadeiro prazo.
- (E) Parcialmente adequado, visto que os poderes públicos municipais não são obrigados a esse fornecimento, somente os estaduais.

Questão 25. Analise as partes que seguem, com base na Lei Orgânica: Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município (**1ª parte**), cabendo ao Prefeito a administração dos bens municipais (**2ª parte**), respeitando a competência da Câmara quando utilizados em seus serviços ou do Poder Judiciário Municipal (**3ª parte**).

Acerca das partes, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª parte está incorreta.
- (B) Apenas a 2ª parte está incorreta.
- (C) Apenas a 3ª parte está incorreta.
- (D) Apenas a 1ª parte está correta.
- (E) Apenas a 2ª parte está correta.

Questão 26. Com base no que é apresentado na Lei Orgânica, analise as afirmações feitas nas alternativas que seguem, e assinale a que apresenta informação que é considerada como estando INCORRETA.

- (A) Os recursos financeiros do sistema municipal de saúde, vinculados à secretaria municipal de saúde, serão subordinados ao planejamento e controle do Conselho Municipal da Saúde.
- (B) A instalação de quaisquer novos serviços públicos de saúde deve ser discutida e aprovada no âmbito do SUS, somente.
- (C) O sistema municipal de saúde será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da seguridade social, da União, além de outras fontes que constituirão o fundo municipal de saúde.
- (D) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenção a instituições com fins lucrativos.
- (E) As instituições privadas de saúde ficarão sob o controle do setor público nas questões de controle, de qualidade e de informação, de registro de atendimento, conforme os códigos sanitários e as normas do SUS.

Questão 27. A Lei Orgânica afirma que para assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade, o Poder Público usará principalmente de alguns instrumentos, como os previstos em quantos dos seguintes itens? **I.** Imposto progressivo sobre imóvel; **II.** Tributação de vazios urbanos; **III.** Inventários, registros, vigilância e tombamentos de imóveis; **IV.** Discriminação de terras públicas, destinadas prioritariamente a assentamentos de pessoas de média a alta renda.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Apenas 3 deles.
- (E) Todos os 4.

Questão 28. Tem-se, conforme o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, que a prestação de serviços extraordinários só pode ocorrer por expressa determinação da autoridade competente, mediante solicitação fundamentada do Chefe da repartição, ou de ofício, sendo que o exercício de cargo em comissão ou de função gratificada, quando não há sujeição ao controle do ponto, ____ a remuneração por serviço extraordinário.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) triplica.
- (B) duplica.
- (C) aumenta em cinquenta por cento.
- (D) reduz em cinquenta por cento.
- (E) exclui.

Questão 29. Analise o que é afirmado nas alternativas que seguem, com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, e assinale a que apresenta informação que é considerada como INCORRETA.

- (A) A remuneração do dia de repouso corresponde a um dia normal de trabalho.
- (B) Perde a remuneração do repouso o servidor que tiver faltado, independentemente de motivo justificado, ao serviço, durante uma semana, mesmo que em apenas um turno.
- (C) Vencimento é a retribuição paga ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor básico fixado em lei.
- (D) Remuneração é o vencimento acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei.
- (E) O servidor tem direito a repouso remunerado, em um dia de cada semana, preferencialmente aos domingos, bem como nos dias feriados civis e religiosos.

Questão 30. Além de exoneração e demissão, quantos dos seguintes itens apresentam outros exemplos de formas pelas quais pode se dar vacância de cargo, com base no que é determinado pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município? **I.** Aposentadoria; **II.** Falecimento; **III.** Promoção; **IV.** Remoção.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Apenas 3 deles.
- (E) Todos os 4.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31. A disciplina das diretrizes e normas estatutárias estruturantes de finanças públicas, destinadas a regular de forma permanente o sistema orçamentário e a gestão fiscal, é matéria reservada pela Constituição Federal à:

- (A) Instrução Normativa.
- (B) Medida Provisória.
- (C) Lei Ordinária.
- (D) Lei Complementar.
- (E) Emenda Constitucional.

Questão 32. Na condição de Procurador Jurídico, você é questionado em um expediente interno sobre a possibilidade de adotar uma medida administrativa inovadora que não possui previsão expressa na legislação municipal, mas que também não é expressamente proibida. Levando em consideração os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA em relação ao princípio da legalidade.

- (A) O Administrador Público, assim como o gestor de uma empresa privada, tem a faculdade de realizar qualquer ato que não seja expressamente proibido pela lei, desde que tal ato vise alcançar o interesse coletivo, pois o princípio da legalidade é flexível no Estado de Direito.
- (B) A legalidade impõe que o gestor público está adstrito à lei apenas quando se tratar de atos discricionários, enquanto nos atos vinculados ele goza de ampla liberdade para agir conforme seus próprios critérios de conveniência e oportunidade, sem necessitar de previsão legal.
- (C) O princípio da legalidade permite que o administrador inove no ordenamento jurídico por meio de decretos executivos independentes, criando novas obrigações aos municípios sempre que identificar uma lacuna legislativa que prejudique o interesse da coletividade.
- (D) A atuação da Administração deve pautar-se primeiramente pelos costumes locais e pela vontade política do administrador eleito, sendo a lei apenas um parâmetro secundário e orientativo que não vincula de forma absoluta os atos do Poder Executivo.
- (E) Na esfera pública, o Administrador pode e deve fazer somente o que a lei permitir, tratando-se de um poder-dever. A gestão está restrita aos ditames legais, não bastando a ausência de proibição legal para legitimar o ato.

Questão 33. No preâmbulo da Constituição Federal a instituição do Estado Democrático destinou-se a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. Sobre os Direitos Sociais é CORRETO afirmar que:

- (A) São direitos sociais o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- (B) São direitos sociais a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- (C) Constituem direitos sociais construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (D) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- (E) São direitos sociais o sufrágio universal e o voto direto e secreto, com valor igual para todos, e mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Questão 34. Uma mulher possui um imóvel urbano de 350 m² por oito anos. Dois anos antes do início desta posse, ela possui o referido imóvel por outros oito anos, totalizando dezesseis anos de posse. Ambas as posses se deram sem oposição e essa mulher as exerceu como se fosse proprietária do imóvel. As duas posses foram exercidas de boa-fé e sem título. De acordo com o Código Civil é CORRETO afirmar que:

- (A) Ela adquiriu o imóvel por usucapião, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- (B) Ela adquiriu a propriedade por acessão, devendo propor ação para ver seu direito real declarado e, posteriormente, realizar o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- (C) Ela adquiriu o imóvel por usucapião, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença. A propriedade lhe será transferida de pleno direito independentemente de registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- (D) Ela adquiriu a propriedade por doação, devendo realizar o pagamento do imposto sobre doação, que será lançado por homologação, bem como realizar o registro da escritura de doação previamente lavrada por Tabelião de Notas no Cartório de Registro de Imóveis.
- (E) Ela não adquiriu a propriedade.

Questão 35. Durante a revisão de diversos processos administrativos, o Procurador depara-se com um ato administrativo que concedeu um benefício de forma contrária à legislação vigente (ato ilegal) e outro ato que, embora legal e regular, não atende mais ao interesse público devido a mudanças fáticas (ato inoportuno).

Considerando a jurisprudência e as regras sobre desfazimento dos atos administrativos, assinale a opção CORRETA.

- (A) A Administração não possui competência para desfazer seus próprios atos de ofício, devendo obrigatoriamente ajuizar uma ação perante o Judiciário tanto para anular atos ilegais quanto para revogar atos inoportunos, garantindo assim a segurança jurídica dos administrados.
- (B) A revogação é o instrumento adequado para desfazer um ato ilegal com efeitos retroativos (*ex tunc*), enquanto a anulação deve ser utilizada para extinguir um ato válido que se tornou inconveniente, gerando efeitos apenas para o futuro (*ex nunc*), não havendo proteção aos direitos adquiridos.
- (C) A Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; e pode revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (D) O ato administrativo ilegal, por gozar de presunção de legitimidade, não pode ser anulado pela Administração caso já tenha produzido efeitos favoráveis ao destinatário por mais de trinta dias, devendo ser compulsoriamente convalidado, independentemente da gravidade do vício.
- (E) A anulação de atos ilegais pela Administração é uma faculdade discricionária do gestor, que pode optar por mantê-los no ordenamento jurídico se assim desejar; já a revogação de atos inconvenientes é um dever vinculado que não admite margem de escolha por parte da autoridade competente.

Questão 36. Diante da necessidade de incrementar a arrecadação municipal, o Município pretende editar um Decreto para realizar a atualização monetária da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em percentual não superior ao índice oficial de inflação, e, simultaneamente, um projeto de lei para aumentar a alíquota do referido imposto.

Como Procurador Municipal, ao analisar o caso sob a ótica do Código Tributário Nacional, sobre as limitações ao poder de tributar, assinale a opção CORRETA.

- (A) A atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo não constitui majoração de tributo e, portanto, pode ser feita via Decreto, desde que não ultrapasse o índice oficial de correção monetária. Contudo, a fixação de nova alíquota do tributo e a majoração real de sua base de cálculo devem ser estabelecidas somente por lei.
- (B) O Prefeito pode, mediante decreto, tanto atualizar monetariamente a base de cálculo quanto aumentar as alíquotas do IPTU, pois esse imposto é um imposto de caráter extrafiscal, constituindo uma exceção absoluta ao princípio da legalidade.
- (C) A atualização monetária da base de cálculo do IPTU em percentual superior ao índice oficial de correção monetária pode ser validamente instituída por decreto municipal, não havendo necessidade de lei, desde que a cobrança ocorra no exercício financeiro seguinte.
- (D) O aumento do IPTU, seja pela majoração da alíquota ou pela elevação real de sua base de cálculo, constitui exceção ao princípio da anterioridade do exercício financeiro, podendo ser cobrado de imediato no mesmo ano em que for publicada a lei municipal que o instituiu.
- (E) A Constituição veda qualquer tipo de alteração no IPTU por meio de lei ordinária, exigindo que toda e qualquer majoração, incluindo a simples atualização monetária de sua base de cálculo via índice oficial, seja feita por meio de Lei Complementar Nacional.

Questão 37. O Município edita uma lei ordinária autorizando a exclusão, da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), dos valores referentes a diversos tributos federais, como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidentes sobre a prestação de serviços. A medida é questionada judicialmente. Segundo o entendimento jurisprudencial sobre o tema atinente às limitações de bases de cálculos, qual é a validade dessa lei municipal?

- (A) A lei municipal é perfeitamente constitucional, tendo em vista que os Municípios possuem competência tributária plena para dispor livremente sobre isenções, incentivos e exclusões amplas da base de cálculo do ISSQN, não havendo necessidade de se atentar a leis complementares.
- (B) A lei municipal é inconstitucional, pois veicula exclusão de valores da base de cálculo do ISSQN fora das hipóteses previstas em lei complementar nacional, o que invade a competência da União para estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
- (C) A legislação é constitucional apenas se a exclusão dos tributos federais da base de cálculo do ISSQN for previamente autorizada por meio de um convênio celebrado e aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.
- (D) A lei é inconstitucional apenas materialmente, pois a base de cálculo do ISSQN não pode, em nenhuma hipótese, sofrer reduções, nem mesmo na proporção dos materiais fornecidos pelo prestador em obras de construção civil previstos na lei complementar.
- (E) A lei municipal é válida e compatível com o ordenamento, pois a inclusão de tributos federais na base de cálculo de impostos municipais configuraria o fenômeno do confisco, sendo obrigatória a exclusão de impostos federais da base de incidência do ISSQN em todo o país.

Questão 38. Uma indústria têxtil, no exercício da sua atividade social, acabou despejando corantes em um rio que indiretamente afetaram as condições estéticas do meio ambiente. De acordo com a legislação de regência é CORRETO afirmar que a referida indústria:

- (A) Gerou impacto ambiental, ainda que tenha afetado meramente as condições estéticas e indiretamente.
- (B) Não gerou impacto ambiental, por se tratar apenas de condições estéticas.
- (C) Não gerou impacto ambiental, porque sua conduta afetou o meio ambiente apenas indiretamente.
- (D) Não gerou poluição, definida como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que apenas direta afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.
- (E) Não responde por dano ambiental, uma vez que a responsabilidade civil ambiental depende da comprovação de dolo ou culpa da indústria no despejo dos corantes.

Questão 39. O lançamento do tributo pode ocorrer de ofício, por declaração ou por homologação, este último também conhecido como autolancamento, situação em que o contribuinte informa o fisco a ocorrência do fato gerador, calcula o tributo e antecipa o seu pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

Nesse sentido, de acordo com o Código Tributário Nacional é CORRETO afirmar que:

- (A) Compete subsidiariamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a homologar as informações como prestadas pelo contribuinte.
- (B) Compete concorrentemente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, respeitada sua modalidade de acordo com a natureza do tributo.
- (C) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- (D) Compete exclusivamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário apenas pelos lançamentos de ofício e por declaração.
- (E) Compete subsidiariamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário apenas no lançamento por homologação.

Questão 40. O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) é um dos tributos de arrecadação do Município. Um contribuinte adquirente e uma vendedora celebram a cessão de direitos referentes à aquisição de um imóvel na cidade. O tabelião consulta a Procuradoria da Fazenda Municipal sobre a ocorrência do fato gerador e o momento do recolhimento, bem como sobre a correta definição da base de cálculo. Segundo os preceitos normativos, o Procurador deve responder que:

- (A) Compete aos Municípios instituir o imposto sobre a transmissão "*inter vivos*", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, bem como a cessão de direitos a sua aquisição, sendo que a base de cálculo de tal imposto é o respectivo valor venal dos bens ou direitos transmitidos e cedidos.
- (B) O ITBI possui como fato gerador qualquer tipo de transmissão de bens imóveis, de maneira independente à onerosidade da transação, incidindo de forma igualitária também nos casos de transmissão gratuita e sucessão "*causa mortis*" (herança).
- (C) Na operação de cessão de direitos relativos à aquisição de imóveis, a base de cálculo do ITBI não deverá considerar o valor venal de mercado dos direitos cedidos, mas sim, e exclusivamente, o valor histórico negociação do terreno corrigida pelo índice de inflação.
- (D) O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis incide de forma mandatória em todos os casos de transmissão de bens ou direitos destinados e incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, sem existir hipóteses de imunidade previstas.
- (E) O contribuinte passivo na exação do ITBI deve ser o alienante ou o cedente do imóvel, não podendo a lei local estipular ou optar por designar como contribuinte tributário o adquirente, tampouco escolher quem fará parte da operação.